



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

ATA DA 429ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (Ammvi), REALIZADA NO DIA DEZ DE JULHO DE DOIS MIL E QUATORZE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.

Aos dez dias do mês de julho de dois mil e quatorze, às dez horas, na Sala B-02 do campus três da Fundação Universidade Regional de Blumenau (Furb), em Blumenau/SC, realizou-se a quadringentésima vigésima nona Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi), presidida pelo prefeito de Indaial, senhor Sergio Almir dos Santos e secretariada por mim, Michele Prada. Estiveram presentes prefeitos, técnicos da Ammvi e demais convidados, conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia, o presidente da Ammvi e prefeito de Indaial, senhor Sergio Almir dos Santos, agradeceu a presença de todos e, constatando quórum estatutário, deu início aos trabalhos. Inicialmente, o presidente determinou a leitura da Ordem do Dia, assim composta: 1 - Leitura e votação da ata da assembleia anterior; 2 - Resíduos sólidos urbanos. 3 - Relacionamento com Ministério Público e Termos de Ajuste de Conduta; 4 - Saúde pública; 5 - Movimento econômico; 6 - Estrutura de pessoal da Ammvi e consórcios públicos – resoluções; 7 - Assembleia Geral Extraordinária da Fecam e encontro com candidatas a Governo do Estado; 8 - Homenagem aos 50 anos da Furb; 9 - Assuntos gerais. Dando início à ordem do dia, o presidente apresentou o item um, confirmou o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos e, não havendo manifestação, o documento foi encaminhado para votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Após, o presidente prosseguiu para o segundo item em pauta, passando a palavra ao secretário executivo da Ammvi, senhor José Rafael Corrêa, que explicou aos prefeitos sobre a contratação de profissional para elaborar estudo jurídico referente consórcio público para a área de resíduos sólidos, o que foi aprovada em assembleia de prefeitos realizada no ano passado e o advogado contratado foi o senhor Marcos Fey Probst, de Florianópolis. Usando a palavra, este apresentou as possibilidades de arranjos jurídicos para a concepção da prestação de serviços públicos de tratamento de resíduos sólidos urbanos, a fim de atender os preceitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/10, que estabelece para agosto deste ano o prazo para que os municípios encaminhem ao aterro sanitário somente os rejeitos, sendo este o produto final que não tem mais qualquer tipo de utilidade. Segundo o advogado, por meio de estudo e análise, chegou-se a dois modelos viáveis adequados à realidade dos municípios do Médio Vale para a prestação de serviços pelos municípios de forma consorciada: Parceria Público-Privada (PPP) e Sociedade de Economia Mista Multifederativa. O primeiro modelo jurídico leva em consideração peculiaridades, como por exemplo, contratos de concessão vigentes no município, o qual terá a liberdade de escolher entre a instituição de uma taxa ou tarifa pública, porque há um contrato de concessão. Neste caso, Blumenau poderá continuar cobrando taxa de resíduos sólidos através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (Samae) e Brusque também poderia continuar com a cobrança de tarifa. Em contrapartida, a gestão da planta de tratamento de resíduos sólidos seria feita através de consórcio público, em que cada Município firmaria um contrato de rateio. Este modelo não atrela a taxa ou tarifa cobrada com os valores de manutenção do consórcio para tratamento dos resíduos, uma vez que o custeio deste poderá ser feito por meio de contrato de programa com cada ente. Esse modelo é muito semelhante ao já existente no Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (Cimvi), com o diferencial de que o consórcio – seja ele um novo a ser criado ou o próprio Cimvi – pode lançar um edital da PPP para contratar empresa responsável pela construção e operação de toda a planta de tratamento de resíduos sólidos urbanos, evitando que o consórcio tenha que contratar pessoal, buscar novas tecnologias e arranjar recursos para investimento. Segundo o advogado, já existem experiências no Brasil dessa forma de gestão em alguns setores, como penitenciária, saúde e atendimento

1



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

44 ao cidadão. No entanto, o senhor Probst alertou que, no Brasil, esse modelo de consórcio público
45 operando através de PPP não existe em vigência na área de resíduos sólidos, tampouco em Santa
46 Catarina, o que pode gerar alguns entraves e demora na análise pelo Tribunal de Contas do Estado de
47 Santa Catarina (TCE/SC) por ser um assunto novo e exigir estudo. Outro fator dificultoso nesse modelo é
48 que toda PPP deve constituir um fundo garantidor, ou seja, deve-se ter uma reserva de recursos
49 financeiros para garantir a remuneração do parceiro privado ao longo do tempo de contrato, o que
50 também é um assunto novo em âmbito de consórcio público. Quanto a questão de votação nesse modelo,
51 segundo o advogado, os votos são paritários, porém nada veda a possibilidade de se estabelecer
52 proporções diferentes de votação. O impedimento é que o peso do majoritário seja maior que a soma dos
53 demais, assim como o critério deve ser registrado no Protocolo de Intenções. Em prosseguimento, o
54 senhor Probst falou do segundo modelo constante no parecer: Sociedade de Economia Mista
55 Multifederativa. Este é uma opção mais ousada e nova para os municípios, mas que é muito próxima ao
56 modelo do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), que é uma empresa pública
57 multifederativa composta pelos estados de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e
58 Paraná. Exemplo de sociedade de economista mista tem-se ainda a Companhia Catarinense de Águas e
59 Saneamento (Casan), Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc) e Petrobrás. Em tratando de
60 união de municípios não se tem este tipo de sociedade em funcionamento, porém em São Paulo existe a
61 Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), que é uma sociedade de economia mista do Estado
62 de São Paulo com o município de São Paulo. Dentro desse cenário, seria novamente respeitada a estrutura
63 de cada município de taxa e tarifa, firmar-se-ia contrato de programa e ter-se-ia uma relação mais
64 negocial, pois o negócio estará atrelado a resultados e lucros. Tal modelo, na visão do advogado, poderia
65 apresentar alguns problemas, como a possibilidade de ingresso de capital privado na sociedade de
66 economia mista e, para isso, deverá ser montado um processo transparente de chamamento público. Para
67 o senhor Probst, este modelo se enquadra melhor no projeto por permitir que futuramente esta sociedade
68 abra o capital e possa vender ações na Bolsa de Valores e ter um caráter mais negocial, firmando contrato
69 de programa com cada município e estabelecendo direitos e deveres. A sociedade de economia mista
70 possui regime jurídico celetista e uma tramitação mais simplificada que o consórcio público, cujas
71 mudanças devem ser aprovadas pelo Legislativo de todos os municípios envolvidos. Terminando sua
72 fala, o advogado passou a palavra ao secretário executivo da Ammvi, que falou da seriedade que o
73 assunto vem sendo tratado na Associação desde a gestão do prefeito Paulo Roberto Eccel, à época
74 presidente da entidade em dois mil e onze. O senhor Corrêa disse da necessidade de se decidir qual o
75 modelo a seguir, para que a Ammvi possa encaminhar as demais ações e continuar com o processo. Além
76 disso, frisou que este ano há dificuldades de se conseguir apoio financeiro do governo federal em virtude
77 das eleições, e no primeiro semestre do próximo ano o cenário ainda será de moderação, independente do
78 governo eleito. Enquanto isso, a entidade vai trabalhando em cima do modelo proposto e montando os
79 documentos necessários para o andamento do processo. Em seguida, o prefeito de Brusque disse que tem
80 divergência em relação à concepção da sociedade de economista mista, ressaltando que não somente esta
81 garante boa gestão, eficiência e agilidade, pois, na visão dele, há exemplos nos municípios de que este
82 padrão não funciona, trazendo problemas às administrações municipais. Em resposta, o advogado disse
83 que em funcionamento há sociedades de economia mista que são bons e maus exemplos, tudo depende de
84 quem se coloca à frente da gestão, mas que os prefeitos poderão controlar isso. A vantagem desse
85 exemplo é a agilidade na gestão, que pode ter foco empresarial, enquanto que no consórcio público há
86 maior controle, porém maior burocracia e morosidade em algumas questões. Além disso, o senhor Probst



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

87 falou que há alternativas de aumento no controle da sociedade de economia mista, permitindo votações e
88 participação dos prefeitos. O prefeito de Timbó, senhor Laércio Demerval Schuster Junior, salientou que
89 nas discussões eram procuradas alternativas menos burocráticas e traumáticas aos municípios quando se
90 encontrasse o parceiro financeiro. O prefeito de Doutor Pedrinho, Hartwig Persuhn, opinou que os
91 prefeitos devem aceitar a alternativa mais viável e rápida e votou pela sociedade de economia mista. O
92 prefeito de Brusque questionou se a sociedade de economia mista abre possibilidade de aporte financeiro
93 e apoio do governo federal, e se ela está dentro da possibilidade de captar recursos, já que o consórcio
94 público apresenta essa prerrogativa e vem sendo estimulado pelo governo federal. Conforme o advogado,
95 não há impedimento jurídico, mas deverão ser observadas e obedecidas as diretrizes dos Ministérios. O
96 secretário executivo da Ammvi sugeriu o agendamento de reuniões com o Ministério das Cidades e com
97 técnico da Presidência da República para averiguar sobre essa dúvida. O prefeito de Botuverá, senhor
98 José Luiz Colombi, alertou que se for formado um consórcio para o tratamento de resíduos e, por conta
99 disso, todas as modificações passarem pela análise das Câmaras de Vereadores, eventualmente pode
100 acontecer de acirrar alguns interesses políticos e partidários, impedindo a evolução do processo. O
101 advogado analisa que, para este projeto em que terá forte investimento e se buscará um caráter
102 empresarial, a figura da sociedade de economista mista possui menos burocracia e não deixa as decisões
103 amarradas a interesses, prejudicando o desenvolvimento do projeto. Esclarecidas as dúvidas, os prefeitos
104 deliberaram pela formação de sociedade de economia mista. Dando continuidade, passou-se para o
105 terceiro assunto da ordem do dia, explanado pelo senhor Corrêa que, por sua vez, introduziu o tema
106 lembrando do Encontro Regional entre Ministério Público e Prefeitos, em que foi abordada a questão do
107 meio ambiente pelo promotor de justiça de Blumenau que atua na área. O secretário informou que ele terá
108 uma reunião com o promotor, em que participarão ainda os prefeitos de Indaial e Doutor Pedrinho e o
109 assessor jurídico da Ammvi, para tratar alguns itens do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) referente
110 saneamento básico e sobre os afastamentos de rios. Segundo ele, a Comarca de Timbó enviou aos
111 prefeitos um documento com o entendimento sobre o assunto, cujo parecer foi baseado no Centro de
112 Apoio Operacional do Meio Ambiente. Em relação ao TAC será apresentada a preocupação com os
113 prazos do Plano Municipal de Saneamento Básico, fiscalização da instalação e manutenção da fossa e
114 filtro das residências, elaboração de projetos em saneamento, código sanitário, área consolidada,
115 capacitação e material de educação ambiental. O promotor já sinalizou que gostaria de uma reunião com
116 os quatorze municípios, o que deverá ocorrer nos próximos meses. Além disso, para contribuir com a
117 discussão sobre o TAC, a Ammvi está verificando nos municípios informações sobre a compatibilidade
118 do Plano Municipal de Saneamento Básico com o plano de bacias hidrográficas, investimentos em
119 saneamento e execução do plano. O prefeito Eccel sugeriu que na conversa com o promotor sejam
120 avaliadas as peculiaridades, pois a geografia da região não permite o cumprimento dos afastamentos em
121 virtude de rios e montanhas. Já o prefeito de Botuverá falou sobre a dificuldade de se obter licenças
122 ambientais, pois os técnicos da Fundação do Meio Ambiente (Fatma) têm insegurança em assinar os
123 protocolos e documentos em virtude de algumas leis conflitantes. O presidente da Ammvi ressaltou que
124 os municípios sofrem com as diferentes legislações municipais, estaduais e federais, em que muitas vezes
125 as diretrizes são diferentes e colidentes, influenciando no trabalho do promotor que segue determinada
126 legislação que, na sua maioria, não leva em consideração as peculiaridades do município e da região.
127 Encerrado este item, passou para o quarto assunto em pauta, saúde pública, apresentado pelo secretário
128 executivo da Ammvi. Neste, ele falou das discussões que vêm ocorrendo desde o ano passado sobre o
129 cenário da saúde pública na região do Médio Vale e alternativas de solução. O senhor Corrêa lembrou da



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

130 palestra realizada ano passado aos prefeitos sobre as políticas públicas de saúde e o Sistema Único de
131 Saúde (SUS), que não atendeu às expectativas. Neste ano, as discussões avançaram com o aval da
132 Diretoria Executiva da Ammvi, em que se formou um grupo de trabalho composto por alguns prefeitos e
133 secretários municipais de Saúde para planejar as próximas ações. Em seguida, o secretário apresentou aos
134 prefeitos a metodologia de trabalho desenvolvida, em que abrange áreas, ações e metas, o que vai
135 depender de recursos financeiros e repasse de informações das prefeituras para contribuir com a gestão de
136 saúde dos municípios do Médio Vale. Na área hospitalar, foram desenhadas ações para fomentar a
137 melhoria na gestão hospitalar, ampliar diálogo com corpo clínico, mapear informações sobre plantão
138 médico (custos, quantidade, profissionais), conhecer a situação econômica dos hospitais e otimizar o
139 atendimento da psiquiatria no Hospital de Rio dos Cedros. Na área de equipe profissional, será buscado a
140 ampliação do número de atendimentos, focando na contratação de especialistas para atuar na Atenção
141 Básica e suprimir as carências de profissionais em determinadas áreas, a exemplo da pediatria, e melhorar
142 a resolutividade do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí (Cisamvi). Dentre as
143 ações está também o relacionamento com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MP/SC),
144 buscando ampliar o diálogo entre os entes. Na área de gestão municipal serão analisadas as ferramentas de
145 tecnologia da informação utilizadas nas Secretarias de Saúde, abrangência dos softwares e efetividade,
146 como também apreciação dos custos na área da saúde, mapeamento da resolutividade na Atenção Básica
147 e promoção de formações. Na área de consórcio, pretende-se ponderar a situação dos exames e das
148 consultas por tabela SUS, verificar o histórico da produção, acompanhar o lançamento do número de
149 exames de todos os municípios, controlar o recebimento do R\$ 0,30 (trinta centavos) por habitante,
150 efetuar aquisição conjunta de outros materiais, promover a melhoria da estrutura do Cisamvi e cobrar
151 pontualidade no repasse dos valores ao consórcio. E, por fim, será buscada a responsabilidade dos demais
152 entes, como a cobrança da União pela atualização dos valores repassados para área de saúde e maior
153 participação do Estado no custeio de políticas de saúde nos municípios. Em complemento ao tema, o
154 secretário executivo do Cisamvi, senhor Carlos César da Silva, informou que solicitou para as Secretarias
155 Municipais de Saúde a demanda reprimida de consultas, para que o Consórcio possa ofertar maior
156 número de vagas nas especialidades de maior carência. O pedido foi feito há dois dias e até o momento da
157 assembleia somente quatro municípios – Benedito Novo, Blumenau, Pomerode e Rio dos Cedros –
158 haviam emitido resposta. Na expectativa de receber este quantitativo, o trabalho do Cisamvi fica
159 prejudicado e causa lentidão na abertura dos editais. Após a exposição, o senhor José Rafael Corrêa
160 alertou que haverá custos para a execução das ações previstas, uma vez que profissionais deverão ser
161 contratados e envolverá ainda o comprometimento e a participação dos secretários. Após, o senhor Corrêa
162 chamou a atenção para o piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), decorrente de lei
163 federal recente, em que o assessor jurídico da Ammvi, senhor Luiz Claudio Kades, informou que a
164 recomendação é para que os Municípios não se apressem em aprovar lei incorporando no ordenamento
165 municipal o piso para seus servidores nestas funções, pois caso a lei federal tenha sua validade
166 questionada, os municípios terão que manter a aplicabilidade da lei local. A sugestão do assessor jurídico
167 é para que neste primeiro momento os prefeitos instituem o complemento de piso salarial por meio de
168 decreto, com substrato na legislação federal. Posteriormente, no caso de eventual confirmação da
169 constitucionalidade ou da obrigatoriedade de cumprimento do piso salarial para tais servidores municipais
170 conforme estabelecido na lei federal, os Municípios poderão adequar sua legislação. O prefeito de
171 Brusque citou que a lei federal também muda a forma de contratação dos ACSs, e no processo seletivo
172 aberto pelo município para a contratação temporária desses profissionais o promotor se pronunciou pela



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

173 sustação do edital e sugeriu a contratação pela nova regra, com vencimento de R\$ 1.014,00 (mil e
174 quatorze reais) e plano de carreira. Em princípio haverá o financiamento da União de 95% desse valor, no
175 entanto, com o plano de carreira instituído a tendência é que o valor do vencimento aumente e o repasse
176 federal não seja suficiente para custear o programa, cabendo aos municípios mais uma responsabilidade.
177 Segundo Kades, a principal mudança na contratação dos ACSs é que deverá ocorrer por meio de concurso
178 público, não sendo mais possível a contratação temporária. Em prosseguimento, o secretário executivo da
179 Ammvi lembrou os prefeitos sobre a discussão em relação ao movimento econômico realizada na
180 assembleia de junho e da reunião com o secretário de Estado da Casa Civil, Nelson Serpa, para abertura
181 de diálogo com o governo estadual sobre o valor adicionado, partilha do Imposto sobre Circulação de
182 Mercadorias e Serviços (ICMS) e empresas de *trading*. O secretário citou ainda que a Ammvi enviará
183 ofício com as reivindicações da entidade ao governador do Estado, Raimundo Colombo, em que fará a
184 exposição dos motivos e anexará documento com dados pontuais da região e resumo dos problemas
185 enfrentados. O presidente salientou que se tentará entregar o ofício em mãos ao governador ou ao
186 secretário. Dando continuidade, o senhor Corrêa falou da reunião realizada com os consórcios públicos da
187 região para tratar de questões contábeis, prestação de contas ao TCE/SC a partir do próximo ano,
188 julgamento das contas, envio de informações bimestrais aos entes consorciados, Lei de Acesso à
189 Informação e Lei da Transparência. Para atender a estas e demais demandas dos consórcios, há a
190 necessidade de profissional para desenvolver questões voltadas ao financeiro, orçamento, contabilidade,
191 licitação e contrato, pessoal, controle interno, relatório da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e balanço
192 anual. Parte dessa estrutura já existe na Ammvi e é suprida pela equipe do setor administrativo e
193 financeiro e assessoria jurídica. Para tanto, é necessário que a assembleia de prefeitos defina se novos
194 profissionais serão contratados para cada consórcio ou se a Ammvi adapta sua estrutura para atender essa
195 demanda. Para o secretário executivo a ideia é alterar a estrutura da Associação para agilizar o processo,
196 uma vez que se for decidido pela ampliação do quadro de pessoal dos consórcios, será necessário aprovar
197 a alteração em todas as Câmaras de Vereadores. Nesse assunto, os prefeitos deliberaram pela adequação
198 do quadro técnico da Ammvi, momento que foram explanadas e aprovadas duas resoluções por
199 unanimidade dos prefeitos. A primeira, Resolução nº 10/14, acrescenta o parágrafo quarto e quinto ao
200 Artigo terceiro do Regulamento do Quadro de Pessoal, conforme segue: **§ 4º - Mediante deliberação da**
201 **Assembleia Geral, a Associação poderá: I - receber profissional cedido pelos municípios associados,**
202 **observada a legislação destes, sendo que a cessão será sempre com ônus para AMMVI, hipótese em que**
203 **o mesmo passará a ocupar emprego próprio previsto no Quadro Funcional deste regulamento, atendidos**
204 **os requisitos estabelecidos; II – contratar estagiário que obtiver bom desempenho, aferido por avaliação**
205 **especial, ao final do cumprimento do tempo máximo de estágio curricular não obrigatório junto a**
206 **AMMVI, hipótese em que o mesmo passará a ocupar emprego de nível inicial na área administrativa,**
207 **conforme Quadro Funcional deste regulamento. § 5º - Aplica-se o disposto no inciso II do parágrafo**
208 **anterior aos estagiários contratados até 31/12/2013, bem como aos posteriores que forem recrutados**
209 **mediante processo seletivo.** Já a segunda, Resolução nº 13/14, trata da alteração de nomenclaturas e
210 referências salariais do quadro de empregos permanentes da Ammvi, promovendo reenquadramentos e
211 dando outras providências. Esta resolução adequa a estrutura da Associação para atender as novas
212 demandas, alterando denominação de empregos, referência salarial e habilitação mínima de alguns
213 cargos; aumento o número de empregos permanentes em uma vaga para Auxiliar de Contabilidade e duas
214 vagas para Auxiliar Administrativo; e, por fim, institui o emprego de Agente de Controle Interno. A
215 Resolução traz como descrição sumária das atividades desse novo cargo: *realizar a fiscalização, controle*



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

216 e auditoria dos atos da Ammvi e dos consórcios públicos instituídos pelos municípios associados;
217 elaborar relatórios de controle interno; prestar orientações e apontar sugestões às atividades
218 administrativas e de gestão; instaurar processos administrativos para apuração de indícios de
219 descumprimento de normas aplicáveis à Ammvi e aos consórcios públicos; executar os demais serviços
220 inerentes à atividade de controladoria interna, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais,
221 fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia
222 imediata ou pela Diretoria da Ammvi e/ou dos consórcios públicos. Dando continuidade, o presidente da
223 Ammvi conclamou os prefeitos para, juntos, prestarem homenagem à Furb, na ocasião representada pelo
224 reitor João Natel Pollonio Machado, em comemoração aos cinquenta anos de fundação da instituição. Em
225 sua fala, o presidente da Ammvi citou a fundação da Universidade, no dia dois de maio de mil novecentos
226 e sessenta e quatro. Para o senhor Sergio Almir dos Santos, em sua trajetória a Furb cumpriu seu papel no
227 desenvolvimento do Médio Vale do Itajaí, relatando que a fundação da Ammvi partiu do incentivo da
228 Universidade. E, em virtude disso e de toda a contribuição da instituição para Santa Catarina e sua
229 representação para a região, a Universidade foi homenageada pelos prefeitos da Associação por meio da
230 entrega de uma placa de menção honrosa em que a Ammvi retribui à Furb o seu reconhecimento à
231 história de cinquenta anos de luta e dedicação em prol do desenvolvimento da região do Médio Vale do
232 Itajaí. A placa foi entregue pelo prefeito de Ascurra, senhor Moacir Polidoro, considerado o estudante da
233 Furb com mais tempo de colação de grau. Usando a palavra, o reitor agradeceu a homenagem e reforçou a
234 criação da Ammvi a partir de solicitação da Furb, cuja assembleia de constituição foi realizada nas
235 dependências da instituição. O senhor Natel citou do envolvimento da Associação em favor de causas da
236 Furb, como o movimento pela federação, o financiamento do projeto executivo do Hospital Universitário
237 e demais participações de técnicos e prefeitos da Associação em mobilizações e ações promovidas pela
238 Universidade. Além disso, o reitor informou que está sendo estruturado o Instituto Furb, o qual vai
239 contemplar a Sala das Prefeituras, espaço destinado a apoiar e assessorar os órgãos municipais na
240 elaboração de projetos e captação de recursos. A previsão é que este ambiente fique concluído no
241 próximo ano. O senhor Natel pediu o apoio dos prefeitos no incentivo aos cursos de licenciatura da Furb,
242 pois estão com defasagem de alunos e isso tem gerado problemas na formação de professores e carência
243 desses profissionais, o que é facilmente detectado nos municípios e cotidianamente enfrentado pelos
244 secretários de Educação. Segundo o reitor, a Universidade vai procurar os prefeitos para discutir as
245 dificuldades e alinhar parcerias, pois é necessário conhecer as carências que os municípios têm, como
246 também pensar em atrativos no plano de carreira do magistério. Em assuntos gerais, o presidente relatou o
247 ofício recebido da reitoria da Furb pedindo a intervenção da Ammvi junto à Secretaria de Estado do
248 Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS) para que, utilizando recursos do Fundo Estadual de
249 Recursos Hídricos (Fehidro), possa assumir os custos que a Universidade tem com a manutenção dos
250 equipamentos essenciais para o monitoramento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí. Tais aparelhos são
251 utilizados nas estações de monitoramento sob responsabilidade do Centro de Operação do Sistema de
252 Alerta da Bacia do Rio Itajaí (Ceops) e que estão instalados nos municípios de Alfredo Wagner, Apiúna,
253 Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Gaspar, Ibirama, Indaial, Ituporanga, Pouso Redondo,
254 Rio do Sul, Rio dos Cedros, Rio dos Oeste, Taió, Timbó e Vidal Ramos. Segundo ofício, os custos de
255 manutenção preventiva e corretiva são aproximadamente R\$ 105.740,00 (cento e cinco mil, setecentos e
256 quarenta reais) por ano. Por deliberação dos prefeitos, a Ammvi vai enviar documento sobre o
257 financiamento do Ceops e entregar ao governador e ao secretário de Estado da Casa Civil. Em seguida, o
258 prefeito de Brusque convidou os demais Chefes do Executivo a prestigiarem o lançamento do Selo Social



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

259 de Brusque, no dia dezessete de julho, das quatorze horas às dezessete horas e trinta minutos, no auditório
260 da Uniasselvi/Assevim, em Brusque. Segundo o prefeito, o Selo é uma forma de certificar as entidades,
261 empresas e órgãos públicos que trabalham para atingir os Objetivos do Milênio (ODM) – protocolo
262 assinado por cento e noventa e um países. Para o Selo não se tem investimento de recursos e sim a
263 sistematização das ações, pois em muitos casos a iniciativa pública ou privada já vem atuando em prol
264 dos ODM, que são oito jeitos de mudar o mundo. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da
265 Ammvi encerrou a assembleia, agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Michele Prada, lavrei
266 a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo senhor
267 secretário executivo da Ammvi.


Sergio Almir dos Santos
Presidente da Ammvi
Prefeito de Indaial


José Rafael Corrêa
Secretário Executivo da Ammvi


Michele Prada
Assessora de Comunicação Social da Ammvi

268